



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Ciência da Informação - FCI
Curso de Museologia

BRUNA TOSCANO DE CARVALHO

**DIPLOMACIA, DESIGN E O PAPEL DA CONSERVAÇÃO
PREVENTIVA**

Brasília
2020

BRUNA TOSCANO DE CARVALHO

DIPLOMACIA, DESIGN E O PAPEL DA CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

Monografia apresentada à banca examinadora como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Museologia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Margaret Lopes

Brasília

2020

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Dra. Maria Margaret Lopes, por sua disponibilidade, paciência e preciosíssimas orientações. O seu interesse pelo tema e seus comentários foram a minha motivação para concluir este trabalho.

À professora Dra. Ana Lúcia de Abreu, por me acompanhar durante a elaboração do projeto deste trabalho e por sugerir a professora Dra. Margaret Lopes como minha orientadora.

À Daniele Nogueira, pela dissertação a respeito do Museu do Tribunal de Contas da União, essencial para o meu trabalho. Agradeço também pelo breve período que trabalhamos juntas. Foi uma época de muito aprendizado.

Ao Conselheiro Heitor Granafei, meu primeiro chefe e mentor, pela oportunidade ímpar e pela confiança. Aprendi muito com todas as tarefas dadas, leituras e obstáculos que surgiam no desenvolvimento de projetos.

À Comissão RE50, que sem suas pesquisas este trabalho não seria possível.

Ao Instituto Terceiro Setor, em especial Eduardo Cabral, que autorizaram a reprodução de imagens dos interiores do Palácio Itamaraty publicadas no livro “Palácio Itamaraty: arquitetura da diplomacia”, essenciais para o segundo capítulo deste trabalho.

A todos do Ministério das Relações Exteriores, que contribuíram cada um sua maneira no meu crescimento profissional e humano. Em especial, Tomás Seferin, Marino Prieto, Fabiana Carvalho, Daniel Castro, Yukie Watanabe, Tarcísio Lumack e Inajara Lessa.

À equipe do Museu do Tribunal de Contas da União, onde tive a oportunidade de realizar os estágios obrigatórios, especialmente, Robson de Goes, Nathalia Reys e Rosana.

Aos meus pais, não apenas por todo esforço para garantirem o meu bem-estar e uma boa educação, mas especialmente por todo amor e suporte emocional que me deram desde pequena.

Aos meus irmãos, que sem eles não seria nem metade do ser humano que sou. A Duda sempre foi a irmã mais velha que ensina, chama atenção e incentiva. Já o Gui o típico irmão caçula que testa todos os limites possíveis. É um presente ser a irmã do meio e de vocês!

Aos meus padrinhos, Daniella e Antônio, por serem verdadeiros exemplos na busca pelo conhecimento com admiráveis trajetórias acadêmicas.

À minha “família” de amigos por todo apoio, incentivo e paciência durante a elaboração deste trabalho. Sei que vocês não faziam muita ideia do que eu estava falando, mas sempre se esforçaram a tentar ouvir inúmeras vezes a respeito dos móveis do Itamaraty e suas histórias.

Concomitantemente surgira, entre os diplomatas da casa, um raro e providencial personagem que reunia na sua pessoa aquele refinado e seguro gosto pela ambientação arquitetônica, do Siqueira, e a inata e sempre pronta capacidade administrativa que caracterizava Nabuco: Wladimir Murtinho. Ele soube, quando da instalação do magnífico Palácio dos Arcos, transferir para Brasília, transfigurada, a mesma correta e eficiente beleza do Itamaraty.

Lucio Costa, arquiteto e urbanista responsável pelo projeto do Plano Piloto e ex-funcionário do Itamaraty

RESUMO

O presente trabalho buscou refletir a respeito da preservação do acervo do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em Brasília. Após a contextualização da formação das coleções na década de 1960, foi apresentada a relação entre o Itamaraty e os bens históricos que ambientam os espaços de representação, informação e negociação da política externa brasileira. Buscou-se discorrer sobre a possibilidade de conciliar a utilização do acervo e a conservação preventiva visando diminuir fatores de degradação e manter a finalidade para a qual os bens foram adquiridos. A recém-criada Coordenação de Patrimônio Histórico (CGPH) é a unidade do Itamaraty responsável pelo acervo e entre suas atribuições está a preservação das coleções do MRE. Com isso, a CGPH se assemelha aos museus institucionais, os quais possuem alguns desafios diferentes de museus formais no desenvolvimento de suas atividades, como os enfrentados pelo Museu do Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo próprio Museu Histórico e Diplomático (MHD), no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Acervo do Ministério das Relações Exteriores. Conservação Preventiva. Palácio Itamaraty. Museus institucionais. Processos museológicos.

ABSTRACT

The present work seeks to reflect on the preservation of the collection of the Ministry of Foreign Affairs in Brasília. After the presentation about how the collection was formed in 1960, it was presented the way that the Itamaraty uses the collection for Brazilian foreign policy. It was suggested the possibility of reconciling the use of the collection with preventive conservation in order to reduce factors of degradation and maintain the purpose for which the collection was acquired. The newly created Coordination of Historical Patrimony is the unit of Itamaraty responsible for the collection and its preservation. As a result, the new unit is similar to the institutional museums that have different challenges than traditional museums. It was presented some challenges of two institutional museums and one of them is part of the structure of the Ministry.

Keywords: Collection of the Ministry of Foreign Affairs. Preventive conservation. Itamaraty Palace. Institutional museums. Museological processes.

LISTA DE IMAGENS

1 – Croqui dos departamentos do 2º pavimento do Bloco Administrativo do MRE com indicação do designer responsável por cada móvel.....	20
2 – Fotografia dos móveis do módulo “Dois palácios em três tempos” da Exposição “Desenhando para um Palácio: o Itamaraty e o design”.....	25
3 – Fotografia dos móveis do módulo “Representar” da Exposição “Desenhando para um Palácio: o Itamaraty e o design”.....	26
4 – Fotografia dos móveis do módulo “Informar” da Exposição “Desenhando para um Palácio: o Itamaraty e o design”.....	27
5 – Fotografia dos móveis do módulo “Negociar” da Exposição “Desenhando para um Palácio: o Itamaraty e o design”.....	27
6 – Fotografia dos móveis do módulo “Sérgio Rodrigues” da Exposição “Desenhando para um Palácio: o Itamaraty e o design”.....	28
7 – Fotografia do Salão de Honras, atual Sala Portinari.....	30
8 – Fotografias da Sala Portinari.....	31
9 – Fotografia do Pequeno Salão, atual Sala Duas Épocas.....	31
10 – Fotografia da Sala Duas Épocas.....	32
11– Fotografia da Sala do Conselho de Política Exterior, atual Sala Rui Barbosa.....	32
12 – Fotografia da Sala Rui Barbosa.....	33
13 – Organograma do Ministério das Relações Exteriores.....	40

LISTA DE SIGLAS

ABRACOR Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais

CAE Curso de Altos Estudos

Cedi Centro de Documentação e Informação

CGPH Coordenação de Patrimônio Histórico

Cobec Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais

CPAT Coordenação de Patrimônio

ERERIO Escritório de Representação no Rio de Janeiro

FUNAG Fundação Alexandre de Gusmão

Ibram Instituto Brasileiro de Museus

ICOM-CC Comitê Internacional para Conservação do Conselho Internacional de Museus

IFB Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IRBr Instituto Rio Branco

JK Juscelino Kubitschek

MHD Museu Histórico e Diplomático

MRE Ministério das Relações Exteriores

RISE Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores

TCU Tribunal de Contas da União

UFMG Universidade Federal de Minas Gerais

UnB Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: MUDANÇA DA CAPITAL E A FORMAÇÃO DO ACERVO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES EM BRASÍLIA.....	15
CAPÍTULO 2: O ITAMARATY E SEU ACERVO	23
CAPÍTULO 3: PRESERVAÇÃO E DIPLOMACIA.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS	48
ANEXO A – Autorização para reprodução das imagens do livro “Palácio Itamaraty: a arquitetura da diplomacia”	52

INTRODUÇÃO

Durante os anos escolares, me dediquei em todas as matérias exigidas, mas por falta de uma afinidade pelas disciplinas da área de exatas a obtenção de um resultado satisfatório dependia de trabalho árduo. Enquanto física e química eram desafios constantes e, por muitas vezes, frustrantes, tudo que fosse relacionado à História e à Arte me fascinavam. Acredito que o que me fascina é a capacidade humana em criar. A criatividade infinita para lidar com as necessidades de cada tempo e, principalmente, as diversas maneiras de expressar e comunicar ao mundo seus anseios, sonhos e crenças.

Não conhecia o curso de Museologia e a profissão de museólogo(a) até o final do terceiro ano do Ensino Médio. Quando me deparei com esta realidade, me interessei bastante pela possibilidade de estudar e, provavelmente, de trabalhar com temas relacionados a história, arte e preservação. Refleti sobre a possibilidade de cursar Teoria, Crítica e História da Arte, porém a Museologia abriu um leque de possíveis assuntos e áreas a se conhecer bem mais amplo e que desperta minha curiosidade constantemente.

Ao longo de todo o curso, foquei em cumprir as matérias obrigatórias da melhor forma possível e, por isso, não excedi cinco matérias por semestre. Dentre as disciplinas obrigatórias exigidas para a obtenção de um diploma de bacharelado em Museologia, tive menos interesse pelo o Eixo 2 “Museologia e Informação”. Com relação as optativas, fiz Pensamento Antropológico Brasileiro, História Social e Política Geral, Tradições Culturais Brasileiras, Introdução ao Design, Introdução a Comunicação, História da Arte e da Tecnologia, Introdução à Administração, Classificação e Tópicos Especiais em Museologia Aplicada em Acervos (Heráldica, Ordens Honoríficas, Numismática, Medalhística e Mobiliário). Já Introdução ao Estudo das Relações Internacionais e Educação Física e Educação Estética foram as minhas escolhas de módulo livre.

No segundo semestre de 2017, comecei a estagiar no Ministério das Relações Exteriores (MRE) devido aos 50 anos do Palácio Itamaraty. A Comissão RE50 surgiu com intuito comemorativo ao cinquentenário do Palácio Itamaraty e a transferência do MRE para Brasília e, dentre as ações desenvolvidas, pesquisou-se o acervo artístico, o

mobiliário e toda a documentação referente à concepção da nova sede do MRE com o objetivo de compreender sua história e memória.

Ao longo do estágio, me deparei com um mundo desconhecido e interessante devido a todas as suas problemáticas e particularidades. Uma das minhas primeiras tarefas como estagiária foi colaborar no levantamento dos modelos de móveis da sede do MRE em Brasília. Por isso, comecei a estudar sobre o assunto e escolhi três matérias para compreender um pouco mais deste universo - Introdução ao Design; História da Arte e da Tecnologia e Tópicos Especiais em Museologia Aplicada em Acervos com o foco em Mobiliário. Vale ressaltar que parte do mobiliário do Palácio Itamaraty e do Anexo 1 foi projetada para atender às funções diplomáticas de representação, informação e negociação.

Além da pesquisa realizada para organizar as informações a respeito da concepção da sede do MRE em Brasília e seus desdobramentos, a Comissão RE50 foi responsável por conceber a exposição “Desenhando para um Palácio: o Itamaraty e o design”. Nesta exposição, estavam alguns exemplares da coleção de mobiliário do MRE e contava brevemente sobre o projeto do MRE da década de 1960 sob orientação do Embaixador Wladimir Murinho (1919-2003), além de ter dedicado um módulo quase exclusivo a trabalhos do arquiteto e designer Sérgio Rodrigues (1927-2014).¹

No início de 2019, foi criada no Itamaraty a Coordenação Geral de Patrimônio Histórico (CGPH) que desenvolve suas ações voltadas para a preservação, pesquisa e comunicação do acervo artístico e mobiliário do MRE. No segundo semestre do mesmo ano, comecei a estagiar na CGPH e consegui uma vaga na Oficina de Restauro de Mobiliário Moderno no Instituto Federal de Brasília para me aproximar fisicamente dos objetos que estavam presentes nos meus estudos.

Há uma dificuldade na preservação de uma coleção que não está inserida em um Museu, mas em um Ministério onde sua atividade fim é representar, negociar e informar

¹ Sérgio Rodrigues projetou o mobiliário da Embaixada em Roma e dos gabinetes do Palácio Itamaraty na década de 1960.

ações sobre o Brasil e seus acordos diplomáticos. Apesar de não estar em uma instituição museológica, propriamente dita, o acervo de mobiliário é representativo tanto para a história do Ministério quanto para o design brasileiro.

Dessas experiências surgiu o meu tema de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso que é apresentação da necessidade de uma política de preservação da coleção de mobiliário do MRE respeitando a sua concepção voltada para as funções diplomáticas. Este tema se insere no campo da Museologia pela preservação de bens culturais que se preocupa com o prolongamento da vida dos objetos e na continuação de sua história para permitir a pesquisa e produção de conhecimento a respeito dos próprios objetos e da sociedade que os produziu.

O meu trabalho tem por objetivo discorrer sobre o acervo de mobiliário do MRE e seu contexto para refletir sobre os desafios de preservar uma coleção representativa sem retirar os objetos do seu contexto de uso. A elaboração deste trabalho resultou de uma pesquisa a respeito do acervo de mobiliário do MRE em seu contexto e conhecimentos sobre preservação.

O tema a ser pesquisado se insere, principalmente, no “Eixo 4 – Preservação e Conservação de Bens Culturais” e no “Eixo 3 – Museologia e Patrimônio Cultural” do Curso de Museologia da Universidade de Brasília (UnB). A inserção no Eixo 4 é em razão da parte central do trabalho tratar a respeito de preservação de coleções.

O Eixo 3 estará presente no trabalho ao apresentar a coleção e seu contexto e, para isso, envolveu outros campos de conhecimento. Ao tratar a representatividade da coleção, foi necessário um breve histórico a respeito do MRE e seu acervo. Portanto, o trabalho pode ser visto como um exemplo de como a Museologia é um campo interdisciplinar ao integrar outras áreas de conhecimento que enriquecem o estudo dos objetos e podem colaborar para a preservação destes e de suas histórias.

Apesar da representatividade do acervo de mobiliário do MRE, não foi encontrada referência alguma que tratasse a respeito de sua preservação. Encontrei publicações a respeito, principalmente, do Palácio Itamaraty relacionadas a sua arquitetura como, por

exemplo, o livro publicado no final de 2017 “Palácio Itamaraty: a arquitetura da diplomacia”, de Eduardo Rossetti e Graça Ramos, que discorre sobre a arquitetura e a coleção de arte do Palácio de representação em Brasília sob a curadoria do Embaixador Wladimir Murinho.

A coleção de mobiliário do MRE é significativa tanto pelos próprios objetos, quanto pela maneira como foi concebida. A pesquisa desenvolvida pela Comissão RE50 identificou a singularidade do projeto do MRE em Brasília o qual, inicialmente, foi composto por obras de arte e mobiliário de artistas e designers brasileiros ou radicados no Brasil dentro do contexto de representar o Brasil.

A pesquisa para a elaboração deste trabalho é de cunho básico e descritiva por meio de fontes documentais e bibliográficas, as quais forneceram informações de natureza qualitativa para realização do estudo de caso da coleção de mobiliário do MRE.

No primeiro capítulo, foi contextualizada a mudança da sede do MRE do Rio de Janeiro para Brasília, em 1970, uma década depois da inauguração da nova capital. A transferência do corpo diplomático gerou algumas divergências onde uns eram contra o estabelecimento do Distrito Federal no Planalto Central, enquanto outros viam como motivo de esperança para a consolidação de Brasília. Diante de opiniões e expectativas diversas, foi projetado e pensado nos mínimos detalhes o Palácio Itamaraty. Uma das referências utilizada nesta parte do trabalho foi a resposta do Embaixador Wladimir Murinho ao ofício da Câmara dos Deputados, de 1968, que solicitava uma série de informações a respeito da obra e gastos do MRE. Com isso, foi possível identificar os pontos norteadores para a seleção e aquisição do acervo da nova sede diplomática.

O segundo capítulo trata da relação do MRE com o seu acervo em Brasília. Com o passar de décadas e a ausência do Embaixador Wladimir Murinho, curador das coleções, os ambientes decorados com móveis e obras de arte sendo boa parte criações exclusivas para o Itamaraty e para estarem a serviço das necessidades da diplomacia brasileira, de acordo com concepções da década de 1960, sofreram modificações sem contar com uma equipe responsável pelos bens culturais e diretrizes que guiassem as tomadas de decisões nos interiores do MRE. As consequências foram ambientações dos

espaços em divergência ao projeto original e a não localização de alguns móveis, ambas com documentação insuficiente até o presente momento. Nesta parte do trabalho, também foi mais detalhado o trabalho da Comissão RE50 e o surgimento, em 2019, de uma coordenação com seu trabalho voltado para o patrimônio artístico e histórico.

O último capítulo apresenta o que poderia ser uma visão sobre a conservação preventiva de acervo, como uma alternativa ao Itamaraty para a conservação das coleções mesmo com o uso diário, por exemplo, do mobiliário em gabinetes e locais de cerimônias. Com intuito de contextualizar os desafios no desenvolvimento de atividades museológicas em locais que possuem área finalística diferente, foram apresentadas as experiências de dois museus institucionais e uma unidade da Câmara dos Deputados para ressaltar a necessidade de uma conservação preventiva dos bens.

CAPÍTULO 1: MUDANÇA DA CAPITAL E A FORMAÇÃO DO ACERVO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES EM BRASÍLIA

O ex-presidente Juscelino Kubitschek (JK) prometeu, durante a campanha eleitoral de 1955, cumprir o artigo da Constituição Brasileira de 1946 a respeito da transferência da capital brasileira do litoral para o planalto central.

Art 4º - A Capital da União será transferida para o planalto central do País.

§ 1º - Promulgado este Ato, o Presidente da República, dentro em sessenta dias, nomeará uma Comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova Capital.

§ 2º - O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao domínio da União.

§ 3º - Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da Capital.

§ 4º - Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabara. (BRASIL, 1946)

A transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília ocorreu em etapas, e fez com que cada ministério criasse um grupo de trabalho para ser responsável por toda a logística necessária para a mudança. O decreto nº 53.241, de 12 de dezembro de 1963, criou no MRE a Comissão de Transferência para Brasília da Secretaria de Estado e do Corpo Diplomático. O Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho esteve à frente do grupo responsável pela concepção da nova sede da diplomacia brasileira. De acordo com Murtinho

havia sido criada, quando da fundação de Brasília, uma comissão no Itamaraty encarregada, primeiro do projeto, da definição do projeto, do que deveria ser o Ministério das Relações Exteriores. [...] embora não pareça, o ministério é extremamente inspirado no palácio que nós temos no Rio de Janeiro. [...] Essa ideia de três diferentes prédios que caracterizou o ministério: um representativo, um de administração e um complementar que abrigaria a parte de documentação. (MURTINHO, 1990)

As três funções da diplomacia de informar, representar e negociar foram pontos norteadores para a idealização do MRE em Brasília e, também, para aquisição de seu acervo pensado para tais funções diplomáticas. Um outro ponto essencial para guiar as decisões da comissão foi o fato de o MRE ser responsável pelo cerimonial da Presidência

da República. O projeto inicial para o prédio de recepções era um palácio pequeno interligado ao edifício onde hoje é o Ministério da Saúde. A mudança de tamanho do Itamaraty foi a pedido do Embaixador Murtinho como contou numa entrevista ao Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros.

Mostrei ao Dr. Lúcio Costa que, em Brasília, as recepções seriam no Alvorada (o que era impossível), ou no Planalto (o que não era correto) ou teríamos que ter mais espaço no Itamaraty. Foi possível, em decorrência, obter uma modificação no tamanho e quem também se beneficiou foi o Ministério da Justiça. (MURTINHO, 1998, p. 18)

Na mesma entrevista, Wladimir Murtinho falou sobre o acervo do Palácio Itamaraty

Algumas coisas vieram do Rio, alguns tapetes e alguns móveis. Na época, 80% foi comprado especificamente para Brasília. Hoje esta porcentagem deve ser menor porque muita coisa foi posteriormente trazida do Rio. (MURTINHO, 1998, p. 20)

Ao final da entrevista, Murtinho afirma que o Itamaraty era "uma prova de nacionalismo, dando destaque a tudo que era brasileiro." (MURTINHO, 1998, p. 21) Em seu depoimento de 1990, o diplomata diz o que motivou a escolha de artistas e designers que colaboraram com o projeto do Palácio em Brasília: "nós queríamos dar uma característica muito importante ao palácio, em que só haveria, coisas brasileiras ou ligadas a nossa história." (MURTINHO, 1990, p. 14) Dentre os escolhidos pelo Embaixador, estavam o arquiteto Jorge Hue (1923), o paisagista Roberto Burle Marx (1909-1994), a tapeceira Madeleine Colaço (1907-2001) e os designers Joaquim Tenreiro (1906-1992), Lívio Levi (1933-1973), Karl Heinz Bergmiller (1928), Bernardo Figueiredo (1934-1992) e Sérgio Rodrigues (1927-2014).

Em sua entrevista ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal em 1990, o Embaixador Murtinho relata que, após a inauguração de Brasília em 1960, o primeiro ministério a ser totalmente transferido para a nova capital foi o MRE em 1969. Até então, os ministros permaneciam no Rio de Janeiro e despachavam com o presidente da República em Brasília. Com isso, surgiu

a necessidade de fazer algo imponente, para conquistar literalmente os nossos colegas. Mas ninguém se incomodava com o que estava sendo feito aqui. [...] eu pude desenvolver, pela liberdade que me deixaram, todo o projeto do palácio e

um pouco brincar, se assim, se assim se pode dizer, brincar com as ideias que eu tinha do que era um Ministério das Relações Exteriores. Então nós tínhamos alguns objetos fundamentais, [...] alguns móveis fundamentais para a decoração dessa primeira parte que era o palácio. (MURTINHO, 1990, p. 4)

A execução do projeto durou quase oito anos (1962-1969) e passou por algumas dificuldades como a pressão de Carlos Lacerda² para o retorno da capital ao Rio de Janeiro. De acordo com o diplomata Wladimir Murtinho (1990), ocorreu uma campanha da imprensa carioca encabeçada por Lacerda para a volta da capital ao litoral, que a defendia que a crise econômica do país era devida a construção de Brasília durante o governo JK.

A possibilidade de retorno para o Rio de Janeiro prejudicou o desenvolvimento da nova cidade sendo a transferência do MRE de grande interesse para sua consolidação como capital. As recepções realizadas no período e, principalmente duas delas foram importantes para a consolidação gradativa da cidade: a inauguração prévia do Palácio Itamaraty, em 1967, com a recepção do Príncipe Herdeiro Akihito do Japão (atualmente, Imperador emérito em função de abdicação para o filho), e a recepção da Rainha Elizabeth II, em 1968. O Ministro Gibson Alves Barbosa foi o responsável pela decisão de transferência do corpo diplomático para Brasília em 1969. Em 20 de abril de 1970, ocorreu a inauguração da nova sede do MRE e a transferência do corpo diplomático.

Na entrevista de 1990, o Embaixador Wladimir Murtinho qualificou a coleção de obras de arte do MRE como a melhor dos edifícios públicos do Brasil e que diversas delas foram concebidas especialmente para o Palácio Itamaraty como, por exemplo, o Meteoro de Bruno Giorgi, o lustre “Revoada dos pássaros” de Pedro Corrêa de Araújo e a tapeçaria de 22 metros desenhada por Roberto Burle Marx e executada por Norberto Nicola. A respeito da aquisição de tais obras, o Embaixador relatou:

nós encomendamos a ele (Bruno Giorgi) e pagamos como se fosse funcionário, durante um ano e meio, para fazer o Meteoro, é uma quantia ridiculamente baixa. [...] Ao programar um prédio governamental, você se esbarra contra as limitações legais. Você não pode adiantar dinheiro, ou seja, é ilegal, você só pode comprar. Você pode comprar, sem licitação, dizendo que é de notoriedade pública e especialização. Mas, você não poderia comprar, e uma tapeçaria dessa levou

² Tomou posse como o primeiro governador do recém-criado Estado da Guanabara em 5 de dezembro de 1960.

cerca de 18 meses, para ser tecida. Então como fazíamos? [...] Então primeiro comprávamos a lã, depois mandávamos tingir com um célebre chinês de São Paulo, que tingia exatamente nas cores que o Roberto Burle Marx queria e que o Nicola achava que combinava. E aí, esse material era feito, era tecido. [...] Pedro Correia de Araújo era uma pessoa que fazia joias, e que tinha uma enorme sensibilidade para a escultura. [...] Nós comprávamos pequenas placas de metal, solda e ele trabalhava. Quando terminava o trabalho, eu pagava por mês. (MURTINHO, 1990, pp. 10 e 12)

Devido as soluções financeiras e orçamentárias do Embaixador Wladimir Murtinho e da resistência carioca para a consolidação da nova capital, o diplomata depôs como convidado, em abril de 1965, na Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados a respeito dos custos da obra da nova sede do MRE. Em 1968, a Subcomissão nomeada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados solicitou via ofício ao Itamaraty

1º) os editais de concorrência pública e os recursos orçamentários aplicados, desde o início da obra, até a presente data, todos os contratos firmados para a construção do imóvel – Palácio dos Arcos – e relação nominal dos engenheiros responsáveis ou comissões;

2º) teor do decreto que nomeou a Comissão para mobiliar o Itamarati e coordenar a mudança do Ministério para Brasília;

3º) relação de todos os objetos adquiridos para mobiliar e decorar o prédio, critério de aquisição, custo e relação nominal das pessoas que transacionaram com o Itamarati;

4º) relação de todas as pessoas responsáveis pela Comissão de mudança do Itamarati e suas respectivas atividades nesse Ministério

5º) em quanto foi orçado a obra, quanto já foi aplicado e quanto falta para sua ultimateção? (BRASIL, 1968, p. 1)

Wladimir Murtinho elaborou um documento para ser enviado à Câmara respondendo cada um dos pontos solicitados pela Subcomissão. Sobre a formação do acervo e limites orçamentários, o presidente da Comissão de Transferência da então Secretaria de Estado das Relações Exteriores esclareceu que

À preocupação de contenção de gastos se vinha, entretanto, inserir aquela relativa à alta qualidade e representação imprescindíveis ao mobiliário, alfaias e objetos da decoração de um palácio destinado a ser o salão de recepção do Governo da República. Este foi o segundo critério limitativo, ou seja, o de reduzir a quantidade, para não sacrificar a qualidade e não fugir aos tetos prefixados.

Foi, portanto, com máximo cuidado que se iniciou a constituição do acervo de obras-de-arte contemporâneas e, a situação atual do referido acervo, é a de um começo de coleção, a ser completada paulatinamente. (BRASIL, 1968, pp. 4-5)

No trecho acima, é possível perceber que o Embaixador compreendia a aquisição de bens para o MRE como formação de acervo representativo da diplomacia brasileira e, como curador, almejava o crescimento da coleção composta por obras de arte integradas ou não à arquitetura, tapeçarias e mobiliário. Além de ambientarem as negociações da política externa brasileira, os bens também deveriam atender as necessidades do Cerimonial e delegações estrangeiras. A respeito do mobiliário da nova sede do MRE, Wladimir Murtinho informou que

Procurou-se constituir um mobiliário moderno com peças desenhadas por especialistas patricios de indiscutível notoriedade ou artistas aqui radicados, cujas obras já se adaptaram ao meio brasileiro. Foi, em suas grandes linhas, tal mobiliário resultante de prolongadas pesquisas de formas exclusivas e artísticas, que se harmonizassem no ambiente palaciano, de salas de pé direito elevado e grandes dimensões. Levou-se ainda em consideração o fato de que os móveis modernos seriam colocados ao lado de peças antigas, dignas de figurarem em museus. Era, então, preciso que, tanto nos materiais empregados, quanto na qualidade de desenho e execução, os móveis modernos não perdessem em confronto com aqueles dos séculos XVIII e XIX, antes pelo contrário, documentassem a continuidade na qualidade do móvel nacional.

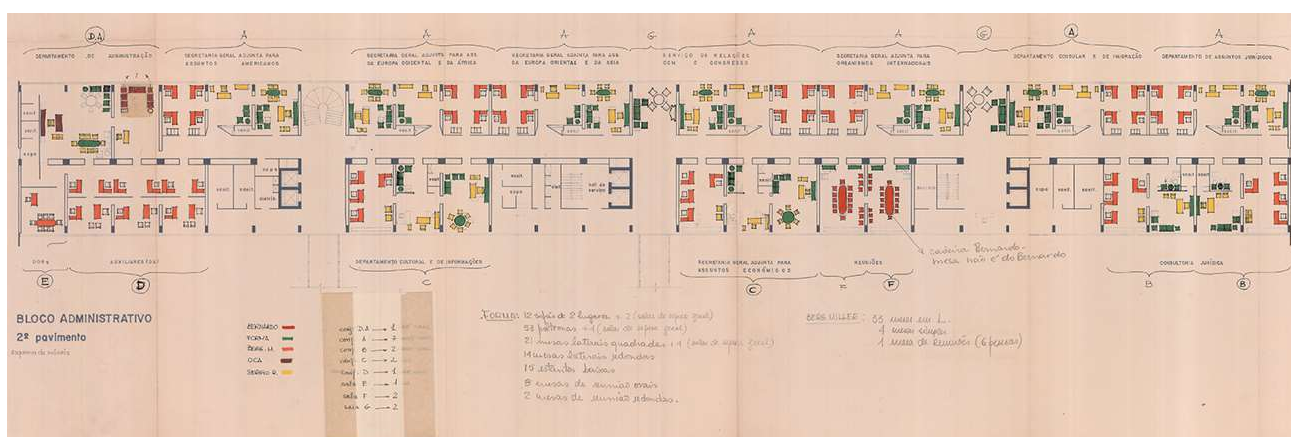
Assim sendo, o critério adotado na constituição do mobiliário moderno foi o de colecionar criadores e desenhistas originais e verificar, em seguida, as firmas que tinham condições técnicas ou capacidade industrial para executar os desenhos, com exclusividade.

Foram 4 desenhistas responsáveis pela criação dos móveis modernos até hoje adquirido para o Palácio dos Arcos: Sérgio Rodrigues, Bernardo Figueiredo, Joaquim Tenreiro e Bergmiller. O pequeno número deles resulta da preocupação de conservar uma certa unidade na decoração, o que levou os artistas a manterem contatos entre eles. (BRASIL, 1968, pp. 12-13)

No trecho acima, ficam claros alguns critérios de escolha e aquisição do responsável pela Comissão de Transferência como a vontade em colecionar criações originais de alguns designers para manter uma certa unidade nos interiores e a harmonização do antigo com o moderno na decoração dos ambientes palacianos. Joaquim Tenreiro foi um dos precursores do móvel moderno brasileiro e ficou responsável pelo desenho das 120 cadeiras de latão e veludo vermelho e mais 15 mesas conjugáveis do Salão de Banquetes (atual Sala Brasília) do Palácio. Antes de projetar o mobiliário dos gabinetes do MRE, Sérgio Rodrigues desenvolveu a linha de móveis da Embaixada em

Roma. Rodrigues desenhou cerca de 25 modelos exclusivos para o Itamaraty executados pela Oca que posteriormente entraram em seus catálogos comerciais. Karl Heinz Bergmiller foi convidado para elaborar o sistema de mobiliário de escritório. Bernardo Figueiredo era arquiteto e desenvolveu móveis para ambientes do Palácio Itamaraty dentre eles o mobiliário palaciano desenvolvido em parceria com Jorge Hue.

Imagem 1 – Croqui dos departamentos do 2º pavimento do Bloco Administrativo do MRE com indicação do designer responsável por cada móvel.



Planta do 2º pavimento do Bloco Administrativo / Arquivo do MRE. Disponível em:

<<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/expo-desenhando/18639-informar>>. Acesso em 14 de setembro de 2020.

A imagem 1 ilustra o “loteamento” dos ambientes do Bloco Administrativo do MRE indicando o designer responsável por cada móvel. É possível observar uma relação entre o mobiliário, a função que seria exercida no local e a hierarquia da diplomacia brasileira. Os locais destinados ao desenvolvimento de atividades mais burocráticas e administrativas contavam com móveis de escritório com características mais industriais e desenhados por Bergmiller. Enquanto, os gabinetes contavam com criações exclusivas em jacarandá de Sérgio Rodrigues, por exemplo.

O Embaixador Murtinho, ao prestar contas dos gastos (em valores da época) na construção da nova sede do MRE, listou a distribuição dos móveis por projetista e por ambiente. A seguir, está parte da lista copiada da resposta elaborado pelo Embaixador do mobiliário adquirido para o terceiro andar do Palácio desenvolvido por Bernardo Figueiredo e Jorge Hue.

Salão de Honras

12 sofás conjugados, revestidos de veludo amarelo – NCr\$ 20.000

4 sofás médios, revestidos de seda verde - NCr\$ 6.048

1 conjunto composto de um sofá e seis poltronas, de estrutura em jacarandá, estofadas de shantung azul e verde e com almofadas revestidas de tecido bordado à mão - NCr\$ 25.360,80

4 mesas pequenas com tampo de cristal - NCr\$ 1.500

1 mesa com tampo de mármore - NCr\$ 1.500

Nota: esse conjunto de móveis foi desenhado pelo arquiteto Bernardo Figueiredo, com a colaboração do decorador Georges Hue.

Pequeno Salão

3 sofás revestidos de seda (2 azuis e 1 branco) - NCr\$ 8.140

8 poltronas de jacarandá e palhinha. Desenho de Bernardo Figueiredo - NCr\$ 5.200

4 pequenas mesas - NCr\$ 1.800

Sala de Almoço (Bahia)

14 cadeiras de jacarandá e palhinha - NCr\$ 4.200

1 mesa de jacarandá, ovalada, para 12 pessoas - NCr\$ 1.620

Sala de Almoço (Rio de Janeiro)

24 cadeiras de jacarandá e couro - NCr\$ 10.400

Sala do Conselho de Política Exterior

1 mesa de reunião, em jacarandá e couro, na dimensão de 7,00 m x 1,40 - NCr\$ 3.136

4 mesas laterais, de jacarandá - NCr\$ 1.568

4 poltronas de couro - NCr\$ 5.152

2 sofás de couro - NCr\$ 5.600,25 cadeiras de jacarandá e couro - 10.920 (BRASIL, 1968, pp. 9-10 do anexo 1)

O mobiliário concebido por Bernardo Figueiredo e Jorge Hue para o Salão de Honras (atual Sala Portinari) foi desenhado para ambientar os mais de 200m² e atender as necessidades diplomáticas de representação em cerimônias oficiais. O Pequeno Salão (atual Sala Das Duas Épocas) demandou a criação de móveis representativos para momentos mais informais que permitissem a discussão de assuntos da diplomacia sem

os protocolos exigidos em reuniões oficiais. As salas de banquetes receberam mobiliário palaciano para ambientar o estreitamento de vínculos diplomáticos.

CAPÍTULO 2: O ITAMARATY E SEU ACERVO

Segundo o Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (RISE) aprovado em 2008, o MRE

é o órgão político da Administração direta cuja missão institucional é auxiliar o Presidente da República na formulação da política exterior do Brasil, assegurar sua execução, manter relações diplomáticas com governos de Estados estrangeiros, organismos e organizações internacionais e promover os interesses do Estado e da sociedade brasileiros no exterior. (BRASIL, 2008, p. 10)

O acervo do Itamaraty, concebido sob a curadoria do Embaixador Wladimir Murtinho, continuou crescendo desde então e sofreu algumas mudanças dentro do contexto de exercício da política externa brasileira, mas sem uma equipe ou unidade com seu trabalho voltado para a sua conservação.

A Coordenação de Patrimônio (CPAT) se responsabiliza pelo controle de todo o patrimônio em Brasília e demais localidades como Embaixadas e Consulados. Tal controle é realizado para questões contábeis, o mesmo que ocorre em outros órgãos federais. Cada departamento é responsável pelos seus bens e precisa comunicar CPAT incorporação, movimentação e baixa dos objetos. De acordo com o RISE, artigo 180, cabe a CPAT:

- I - acompanhar e registrar as incorporações e baixas de material permanente realizadas no Brasil;
- II - acompanhar e registrar a movimentação dos bens permanentes entre as Unidades Administrativas no Brasil, providenciando os respectivos termos de transferência de responsabilidade;
- III - providenciar o inventário físico anual do Ministério no Brasil;
- IV - cuidar da alienação de material permanente;
- V – acompanhar e processar pedidos de incorporações, atualizações de valor e baixas de bens móveis e imóveis no Exterior;
- VI – acompanhar os valores das variações trimestrais e dos inventários dos Postos no Exterior; e
- VII- orientar os Postos no Exterior e as Unidades Administrativas no Brasil no cumprimento das normas legais pertinentes. (BRASIL, 2008, pp. 117-118)

Com a aproximação do cinquentenário da inauguração do Palácio Itamaraty e da transferência do MRE para Brasília, foi criada a Comissão RE50 de acordo com a portaria nº 284, de 5 de maio de 2016:

Art. 1º Fica criada a Comissão RE50, incumbida de organizar as atividades comemorativas relacionadas ao cinquentenário do Palácio Itamaraty e ao cinquentenário da transferência da sede do Ministério das Relações Exteriores para Brasília. [...]

Art. 5º A Comissão RE50 terá por atribuições:

I - organizar as atividades comemorativas alusivas à inauguração do Palácio Itamaraty e à transferência da sede do Ministério das Relações Exteriores para Brasília;

II - promover atividades alusivas às citadas efemérides que sejam relacionadas com a divulgação e a valorização do patrimônio histórico, arquitetônico, artístico, mobiliário e documental do Ministério das Relações Exteriores, em coordenação com as unidades pertinentes da Secretaria de Estado ou mediante parcerias com entidades da sociedade civil, tais como a organização de colóquios, concursos e exposições, edição de livros, documentários e sítios eletrônicos e reprodução de réplicas de itens do acervo; e

III - mobilizar órgãos da Administração Pública, de institutos de pesquisa e de outras instituições da sociedade civil, bem como buscar a colaboração de acadêmicos, especialistas e representantes da sociedade civil, com o objetivo de promover, em coordenação com as unidades pertinentes da Secretaria de Estado, outras atividades relacionadas com as comemorações do cinquentenário do Palácio Itamaraty e do cinquentenário da transferência da sede do Ministério das Relações Exteriores para Brasília. (BRASIL, 2016)

A Comissão RE50 abriu em maio de 2018 uma exposição temporária no Palácio Itamaraty sobre a relação do MRE com o design. O nome da exposição era "Desenhando para um Palácio: o Itamaraty e o design"³ e contou com quase uma centena de objetos expostos compondo ambientes de recepção e trabalho. A exposição foi um evento dentre uma série de ações comemorativas pelos 50 anos da transferência Rio-Brasília e ficou aberta a visitação até 27 de maio de 2018.

A mostra ocupou o térreo e o segundo andar do Palácio Itamaraty inclusive uma das salas da Secretária Geral onde ficou um módulo dedicado exclusivamente a Sérgio Rodrigues. A visita iniciava no térreo próximo ao jardim projetado pelo paisagista Roberto

³ Mais informações a respeito da exposição estão disponíveis no site do Itamaraty.

Burle Marx com o módulo “Dois palácios em três tempos”: Rio de Janeiro, durante as gestões do Barão do Rio Branco e Octávio Mangabeira, respectivamente os períodos de 1902 a 1912 e de 1926 a 1930; e Brasília, de 1967 a 1970. Nesta parte, constavam breves biografias de personalidades importantes de cada período e alguns móveis antigos e modernistas como registrado na imagem 2.

O texto de abertura introduziu o público ao conteúdo da exposição onde os dois palácios sede do MRE, diplomatas, artistas, arquitetos e designers estiverem a serviço da diplomacia brasileira, desde soluções práticas a criações e obras de arte exclusivas.

O design é uma das mais poderosas expressões da criatividade de um povo: pelas mãos de um designer industrial ou de um artesão anônimo, os sentidos estético e utilitário se combinam na solução original para um problema prático do cotidiano.

Investindo há mais de 100 anos no design e na arquitetura como instrumentos da diplomacia, o Ministério das Relações Exteriores criou, em seus palácios-sede, no Rio de Janeiro e em Brasília, ambientes perfeitamente adaptados para o desempenho das três funções da diplomacia: informar, negociar e representar o Brasil.

Para os designers brasileiros, as encomendas do Itamaraty foram uma oportunidade para desenvolver novas ideias: cerca de 90 modelos, entre móveis, luminárias, tapetes, tapeçarias e peças gráficas foram criados para o Ministério nos últimos 100 anos.

Esta exposição apresenta três momentos em que o Itamaraty investiu no design para seus dois palácios-sede: o período do Barão do Rio Branco (Rio de Janeiro, 1902-1912), a gestão Octávio Mangabeira (Rio de Janeiro, 1926-1930) e a transferência para o Palácio Itamaraty em Brasília (1967-1970).

Imagem 2 – Fotografia dos móveis do módulo “Dois palácios em três tempos” da Exposição “Desenhando para um Palácio: o Itamaraty e o design”.

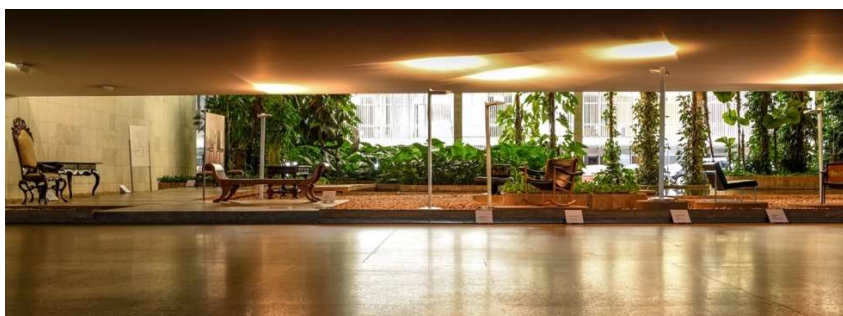


Foto de Arthur Max/AIG MRE / Flickr do Itamaraty. Disponível em:

<<https://www.flickr.com/photos/mrebrasil/albums/7215769241112122/with/41353629712/>>. Acesso em

15 de setembro de 2020.

Os três módulos seguintes foram nomeados de acordo as funções diplomáticas de: “Representar”, “Informar” e “Negociar”. O acervo exposto, em sua maioria eram móveis que juntamente com obras de arte e tapeçarias compunham ambientes de trabalho, negociações, recepções e convivialidade. Também foram apresentados ao público desenhos exclusivos de alguns dos móveis, como projetos de Bernardo Figueiredo e Karl Heinz Bergmiller entre outros documentos.

Imagem 3 – Fotografia dos móveis do módulo “Representar” da Exposição “Desenhando para um Palácio: o Itamaraty e o design”.



Foto de Matheus Costa/AIG MRE / Flickr do Itamaraty. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/mrebrasil/albums/72157692411112122/with/41353629712/>>. Acesso em 15 de setembro de 2020.

Na imagem 3, há três poltronas e três mesas desenhadas por Bernardo Figueiredo, uma conversadeira antiga, uma poltrona Barcelona ao fundo, luminárias projetadas por Lívio Levi para o Itamaraty e um tapete encomendado a Madeleine Colaço pelo MRE. Os móveis modernistas fazem parte curadoria do Embaixador Wladimir Murtinho para os espaços de convivialidade.

**Imagem 4 – Fotografia dos móveis do módulo “Informar” da Exposição
“Desenhando para um Palácio: o Itamaraty e o design”.**



Foto de Matheus Costa/AIG MRE / Flickr do Itamaraty. Disponível em:
<<https://www.flickr.com/photos/mrebrasil/albums/7215769241112122/with/41353629712/>>. Acesso em
15 de setembro de 2020.

A imagem 4 é o registro de um dos ambientes de trabalho ambientados na exposição em 2018. Alguns dos principais elementos que estão na foto são os móveis de escritório desenvolvidos por Karl Heinz Bergmiller para a sede do MRE em Brasília, os desenhos originais de tal mobiliário, as luminárias de Lívio Levi e um tapete de Madeleine Colaço.

**Imagem 5 – Fotografia dos móveis do módulo “Negociar” da Exposição
“Desenhando para um Palácio: o Itamaraty e o design”.**



Foto de Matheus Costa/AIG MRE / Site do Itamaraty. Disponível em:
<<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/expo-desenhando/18648-exposicao-desenhando-para-um-palacio-palacio-itamaraty-11-de-abril-a-27-de-maio-de-2018>>. Acesso em 15 de setembro de 2020.

As cadeiras apresentadas na imagem 5 foram escolhidas para ocasiões de negociação em diferentes períodos históricos. As cadeiras Chippendale foram adquiridas para o Palácio do Rio de Janeiro durante a gestão do Ministro Octávio Mangabeira entre 1926-1930. As cadeiras Arcos foram projetadas por Bernardo Figueiredo na década de 1960 especialmente para o novo Palácio Itamaraty em Brasília.

Imagem 6 – Fotografia dos móveis do módulo “Sérgio Rodrigues” da Exposição “Desenhando para um Palácio: o Itamaraty e o design”.



Foto de Matheus Costa/AIG MRE / Flickr do Itamaraty. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/mrebrasil/albums/72157692411112122/with/41353629712/>. Acesso em 15 de setembro de 2020.

Na imagem 6, estão alguns móveis desenhados por Sérgio Rodrigues especialmente para o Palácio Itamaraty como: a escrivaninha do Ministro de Estado de 3 metros de largura; a mesa de centro com base em jacarandá e tampo de 1 metro de diâmetro em mármore; e as poltronas Kikos altas, a social e a de escritório.

O Conselheiro Heitor Granafei, Secretário Executivo da Comissão RE50, coordenou uma pesquisa a respeito da história do Itamaraty em Brasília, desde o início do projeto até registros mais atuais, para desenvolver as atribuições comemorativas estabelecidas pela portaria nº 284 de 2016. As fontes de pesquisas foram livros, memorandos, ofícios, cartas, entrevistas, notas fiscais, fotografias, croquis, plantas, entre outros. Outros eventos comemorativos organizados pela Comissão foram o Seminário "Palácios: expressão espacial do poder político", que contou com pesquisadores e

convidados de diversas nacionalidades, e a exposição temporária “Fayga: entre cores e transparências”, onde foram expostas gravuras da artista Fayga Ostower. Dentre os participantes do Seminário, estavam representantes da Universidade de Brasília, Câmara dos Deputados, Instituto Belga de Arquitetura, Universidade de Leuven, Centro de Pesquisa do Palácio de Versalhes, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Museu Histórico e Diplomático.

Durante as pesquisas da Comissão RE50, percebeu-se que os servidores e terceirizados do MRE não têm consciência a respeito dos móveis que utilizam em seu cotidiano e suas histórias. Uma das ações da Comissão foi fazer o levantamento inicial do número de exemplares de alguns móveis de Sérgio Rodrigues e Bernardo Figueiredo. Para isso, foi necessário adentrar nos mais diversos ambientes de trabalho do MRE e explicar brevemente sobre a Comissão, o levantamento e a sua importância. A conscientização a respeito dos bens do acervo utilizado e, principalmente, dos móveis começou a modificar a forma como os funcionários tratavam os objetos e despertou a curiosidade para conhecer mais sobre a história dos mesmos.

No início do ano de 2019, foi criada a Coordenação Geral de Patrimônio Histórico (CGPH) com intuito de separar o patrimônio artístico e histórico do patrimônio geral, tendo em vista que as ações desenvolvidas para cada um deles têm naturezas diferentes. A criação da Coordenação pode ser interpretada como um dos reflexos e consequências da gradativa mudança de mentalidade que começou a partir de ações e eventos da Comissão RE50.

A equipe da CGPH é formada por dois diplomatas, um oficial de chancelaria, servidores públicos cedidos de outros Ministérios e estagiários. A equipe tem formação nas seguintes áreas: Arquitetura, Artes Visuais e História da Arte. Um dos objetivos da CGPH é desenvolver uma política de preservação do acervo visto que nos últimos 50 anos não há registro de algo similar.

O MRE tem um aspecto bem característico que é a rotatividade dos servidores entre Embaixadas, Consulados, Sede e Escritórios de Representação. Tal característica

somada à ausência de uma política de preservação resultou em mudanças nos interiores do Palácio. Alguns exemplos dessas mudanças podem ser percebidos numa comparação entre imagens de 1968 e 2017.

Na década de 1960, o fotógrafo Marcel Gautherot (1910-1996) registrou a arquitetura da nova capital a convite de Oscar Niemeyer. Fotografou o Congresso Nacional, o Catetinho, a UnB e o Teatro Nacional, por exemplo. Dentre os locais fotografados, o Palácio Itamaraty foi um deles e, inclusive, seus ambientes internos. As fotografias fazem parte do acervo do Instituto Moreira Sales.

As fotografias mais recentes são de Graça Seligman publicadas em 2017 no livro intitulado "Palácio Itamaraty: a arquitetura da diplomacia" de autoria de Eduardo Rossetti e Graça Ramos.⁴ A publicação faz parte da Coleção *Memória* do Instituto Terceiro Setor e conta com publicações sobre prédios e monumentos de Brasília como os Palácios da Alvorada e do Planalto, por exemplo.

Na imagem 7, é possível observar o registro da ambientação pensada por Bernardo Figueiredo e Jorge Hue para o Salão de Honras com sofás conjugados, sofás médios e o conjunto de seis poltronas em jacarandá e o Sofá Rei com almofadas bordadas à mão, além da mesa com base em jacarandá e tampo de mármore.

Imagem 7 – Fotografia do Salão de Honras, atual Sala Portinari



Foto de Marcel Gautherot / Acervo do Instituto Moreira Sales / Site do Instituto Moreira Sales
Disponível em: <<https://ims.com.br/por-dentro-acervos/o-itamaraty-por-gautherot/>>. Acesso em 15 de setembro de 2020.

⁴ A reprodução das imagens foi autorizada por Eduardo Cabral, editor do livro. Ver o anexo A.

A imagem 8 registra a ambientação mais recente da mesma Sala sem o mobiliário palaciano concebido na década de 1960 exclusivamente para atender às necessidades diplomáticas em recepções oficiais. Atualmente, a ambientação para as cerimônias e eventos oficiais são pensadas por uma empresa de eventos contratada pelo MRE sob a orientação do Cerimonial.

Imagem 8 – Fotografias da Sala Portinari



Foto de Graça Seligman / Palácio Itamaraty: a arquitetura da diplomacia

O Pequeno Salão, imagem 9, foi pensado para momentos mais informais e, por isso, Bernardo Figueiredo desenhou as poltronas Rio em palhinha e jacarandá, os sofás estofados em seda e mesas, sendo uma delas exclusiva do Itamaraty, com base em jacarandá e tampo de cristal.

Imagem 9 – Fotografia do Pequeno Salão, atual Sala Duas Épocas



Foto de Marcel Gautherot / Acervo do Instituto Moreira Sales / Site do Instituto Moreira Sales
Disponível em: <<https://ims.com.br/por-dentro-acervos/o-itamaraty-por-gautherot/>>. Acesso em 15 de setembro de 2020.

Atualmente, o local não possui mais nenhum dos móveis modernos escolhidos sob a curadoria do Embaixador Wladimir Murinho. O mobiliário que está na Sala é antigo, tendo sido originário do Palácio do Itamaraty do Rio de Janeiro, como é possível observar na imagem 10.

Imagem 10 – Fotografia da Sala Duas Épocas



Foto de Graça Seligman / Palácio Itamaraty: a arquitetura da diplomacia

Na imagem 11, está registrada a ambientação pensada originalmente para a Sala do Conselho de Política Exterior com cadeiras Arcos, uma mesa de sete metros com tampo revestido em couro, sofás e poltronas desenhados por Bernardo Figueiredo.

Imagem 11– Fotografia da Sala do Conselho de Política Exterior, atual Sala Rui Barbosa



Foto de Marcel Gautherot / Acervo do Instituto Moreira Sales / Site do Instituto Moreira Sales

Disponível em: <<https://acervos.ims.com.br/CIP/preview/image/portals-general-access/54436.jsessionid=5FC8194A75856DC858E4C1ADA2415B4C?maxsize=728&showtransparencygr id=true>>. Acesso em 25 de setembro de 2020.

O ambiente atualmente é a Sala Rui Barbosa, uma sala de reuniões que fica na Secretária Geral como registra a imagem 12. Os móveis modernos desenhados por Figueiredo não estão mais lá e foram substituídos por mesas e cadeiras estilo Chippendale trazidas, na década de 1990, para Brasília e que foram encomendadas durante a gestão do ministro Octávio Mangabeira (1886-1960) para o Salão de Conferências da Biblioteca do Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro.

Imagem 12 – Fotografia da Sala Rui Barbosa



Foto de Graça Seligman / Palácio Itamaraty: a arquitetura da diplomacia

As fotografias de 1968 registram como eram alguns ambientes de representação diplomática no Palácio Itamaraty de acordo com o projeto concebido sob coordenação do Embaixador Wladimir Murtinho. Nas fotografias mais recentes, é possível observar mudanças nos ambientes os quais não possuem mais os móveis modernistas assinados por Bernardo Figueiredo e Sérgio Rodrigues, por exemplo. Atualmente, alguns desses móveis estão em outros departamentos e gabinetes do MRE.

A historiadora de arte Graça Ramos fala brevemente em "Palácio Itamaraty: a arquitetura da diplomacia" sobre duas criações de Figueiredo: a cadeira Arcos (imagem 11) e o Sofá Rei (imagem 7).

A Sala denominada Rio de Janeiro recebeu série de gravuras do século XIX que reproduzem imagens da antiga capital. Ela funciona para até 32 convidados, que se sentam na *Cadeira dos arcos*, assinada por Bernardo Figueiredo. Feita em jacarandá e couro, o movimento sinuoso do couro é inspirado nos arcos do Itamaraty. Menino prodígio do design da época, Figueiredo idealizou também o *Sofá-rei*, peça que ambientava o salão de baile desde a inauguração até o começo dos anos 1980, e hoje não tem localização definida. Era destinado a seis pessoas e apresentava em seu revestimento desenhos alusivos à estética mudéjar. (ROSSETTI; RAMOS, 2017)

O designer Bernardo Figueiredo não desenvolveu linhas completas de móveis para catálogos comerciais como Sérgio Rodrigues fez com a Oca e, provavelmente, o Itamaraty possui o maior número de exemplares em sua coleção. Atualmente, há uma série de cadeiras Arcos pela sede da diplomacia brasileira dispostas em diferentes salas de representação e negociação. O Sofá Rei fazia parte da ambientação original do Salão de Honras, atual Sala Portinari, como apresentado no presente trabalho⁵. Tais móveis são exemplos de uma realidade nas últimas décadas do Itamaraty. Alguns continuam no acervo mesmo em situações inadequadas para conservação, enquanto outros, não possuem informações necessárias a respeito de localização e suas condições físicas. Não se sabe a localização do Sofá Rei até o momento de elaboração deste trabalho. Diante deste contexto, surge a inquietação de como evitar perdas materiais, patrimoniais e históricas da diplomacia e design brasileiros e a necessidade premente da elaboração de uma política de conservação adequada à realidade do MRE.

⁵ O Sofá Rei compunha o conjunto do Salão de Honras de acordo com uma citação da prestação de contas de 1968 presente na página 13 deste trabalho.

CAPÍTULO 3: PRESERVAÇÃO E DIPLOMACIA

A definição de bens culturais utilizada será a apresentada no Estatuto de Museus, capítulo 1, artigo 5º, parágrafo 1º:

Consideram-se bens culturais passíveis de musealização os bens móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL, 2009)

Apesar do acervo histórico e artístico do MRE ter sido formado para atender as necessidades e funções da diplomacia brasileira, é de interesse público a sua preservação e constitui um verdadeiro desafio visto que a atividade-fim do órgão não compreende ações museológicas.

Preservar, em latim *praeservare*, significa observar previamente, ou seja, prever os riscos, as possíveis alterações e danos, que colocam em risco a integridade física de um bem cultural, os quais devem ser prontamente respondidos pelo trabalho sistemático de conservação. (DRUMOND, 2006)

A terminologia adotada pelo Comitê Internacional para Conservação do Conselho Internacional de Museus (ICOM-CC) para conservação de bens tangíveis abrange: conservação preventiva, conservação curativa e restauração. De acordo com a Resolução adotada pelo ICOM-CC, em 2008, traduzida pela Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ABRACOR), em 2010

Estes termos se distinguem entre si pelos objetivos das medidas e ações que eles abrangem. [...]

Conservação - todas aquelas medidas ou ações que tenham como objetivo a salvaguarda do patrimônio cultural tangível, assegurando sua acessibilidade às gerações atuais e futuras. A conservação compreende a conservação preventiva, a conservação curativa e a restauração.

Conservação preventiva – todas aquelas medidas e ações que tenham como objetivo evitar ou minimizar futuras deteriorações ou perdas. [...]

Conservação curativa – Todas aquelas ações aplicadas de maneira direta sobre um bem ou um grupo de bens culturais que tenham como objetivo deter os processos danosos presentes ou reforçar a sua estrutura. [...]

Restauração – Todas aquelas ações aplicadas de maneira direta a um bem individual e estável, que tenham como objetivo facilitar sua apreciação, compreensão e uso. (ABRACOR, 2010, pp. 2-3)

A conservação preventiva consiste em um conjunto de medidas e ações que prolonguem a vida dos bens culturais ao gerenciar os fatores de degradação para evitar perdas estéticas e/ou documentais de forma indireta. A identificação dos materiais orgânicos e inorgânicos que compõem os objetos do acervo é um dos pontos norteadores para o estabelecimento de diretrizes que retardem a degradação, levando em consideração fatores externos aos objetos. De acordo com Teixeira e Ghizoni (2012):

O estado de conservação de um objeto está intrinsicamente ligado ao material no qual foi elaborado, na técnica construtiva e na trajetória das condições de armazenagem e exposição. Quando um objeto é mantido em condições adequadas na armazenagem e exposição, os fatores de degradação são estabilizados, necessitando apenas a sua manutenção com procedimentos preventivos de conservação, como higienização, controle de micro-organismos e insetos, embalagens de proteção, manuseio correto, entre outros. [...]

A degradação de um objeto é um processo natural de envelhecimento e resultante de reações que ocorrem em sua estrutura, na busca de um equilíbrio físico-químico com o ambiente. Além do processo natural, existem os fatores externos que podem acelerar a deterioração, principalmente nos materiais orgânicos. Os fatores ambientais são as causas principais da deterioração dos materiais e influenciam diretamente na permanência do objeto. [...]

Atualmente um dos principais desafios no campo da conservação preventiva dos materiais constitutivos de acervos museológicos é o controle da deterioração química, danos mecânicos e a biodeterioração. (TEIXEIRA; GHIZONI, 2012, p. 15)

Em 2013, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) publicou a cartilha “Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro” onde apresentou dez agentes que colocam em risco os acervos.

Estes estão ligados a fatores relacionados ao edifício, ao território (características geográficas e/ou climáticas) e também a fatores socioculturais, políticos e econômicos de uma determinada região.

- Forças físicas
- Furto, roubo ou vandalismo
- Fogo
- Água
- Pragas
- Poluentes

- Luz e radiação ultravioleta (UV0 e infravermelha (IV)
- Temperatura incorreta
- Umidade incorreta
- Dissociação (Ibram, 2013, p. 9)

Diversos móveis e obras de arte que compõem o acervo do MRE precisam passar por ações curativas e, até mesmo, por processos de restauração, já que danos poderiam ser evitados ou postergados caso existisse uma política de preservação bem definida pelo órgão levando em consideração os dez agentes de degradação de acervos. Tais atividades não podem ser desenvolvidas pelo próprio MRE por não contar com uma equipe de conservadores e restauradores, resultando na colaboração de terceiros. Uma das soluções encontradas pelo MRE foi o Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2017 com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) onde os estudantes matriculados na Oficina Escola de Restauro de Mobiliário Moderno o restauraram alguns de móveis do Itamaraty, dentre eles, uma escrivaninha de Sérgio Rodrigues e uma linha de móveis de escritório de Bergmiller.

De acordo com Yacy-Ara Froner (2007), interferências arriscadas como restaurações poderiam ser evitadas com uma política de conservação bem definida por profissionais responsáveis pela conservação do acervo, os quais devem estar atentos à realidade da instituição.

Hoje, percebemos que não basta resgatar, investigar, expor e até mesmo restaurar sem uma política preventiva anterior a estas operações, uma vez que a deterioração de acervos em reservas e exposições evidencia a falta dessa política na própria degradação dos objetos. Operações mais drásticas nas intervenções de restauro e, até mesmo, a perda material desses objetos é o preço que se paga pelo não investimento na área de conservação preventiva: antes de ser uma área de conhecimento técnico, torna-se um compromisso ético das instituições. Por sua vez, a área de conservação e restauro tem priorizado a conservação preventiva em relação às técnicas de intervenção direta, como uma maneira de proteger a integridade material dos objetos. [...] No entanto, não cabe ao conservador perseguir os ideais da Conservação Preventiva como se fossem dogmas ou leis, mas procurar, a partir destes parâmetros, desenvolver entre os vários especialistas uma consciência da materialidade e da vulnerabilidade dos objetos, de modo a encontrar aliados e não opositores nos projetos preservacionistas. Adaptar-se à realidade das verbas, do espaço e dos materiais que temos por obrigação cuidar, não é tarefa das mais fáceis. A partir do momento que conhecemos conscientemente e tecnicamente nossos problemas

é que poderemos encontrar soluções compatíveis com a nossa realidade. Caminhar na direção do ideal é um passo a mais para tentar alcançar as condições mais adequadas. (FRONER, 2007, p. 18)

Os capítulos anteriores apresentaram brevemente a respeito do MRE e de seu acervo em Brasília. Conhecer o contexto para o qual o mobiliário, por exemplo, foi pensando é imprescindível para conciliar seu uso e preservação. No trecho anterior, Froner ressalta a importância de adaptação de ações e projetos que visem a conservação das coleções a realidade específica daquela instituição, e conscientização dos demais setores a respeito da importância das atividades e cuidados para a conservação dos objetos, podendo ampliar a rede de colaboradores. Dentro deste contexto, serão apresentadas a realidade de outros acervos.

O Tribunal de Contas da União (TCU) tem o Museu Ministro Guido Mondin em sua estrutura e há desafios para desenvolvimento de atividades museais como observado por Gomes e Nogueira (2016, pp. 307) "[...] a contratação de profissionais especializados nessas atividades não é tarefa simples uma vez que eles não compõem a atividade finalística da instituição." Em 2015, Daniele Nogueira apresentou a dissertação com o título "A Preservação da Memória do Tribunal de Contas da União por meio de seu Museu (1970-2010)" onde foi problematizada a criação de museus dentro de órgãos públicos especificamente no caso do TCU. Dentre as questões levantadas, estão as seguintes

Existe um sistema de patrimônio cujo controle é de natureza físico-financeira. E existe a documentação museológica. A documentação museológica é um dos trabalhos basilares de recuperação e disseminação da informação e geração de conhecimento do ambiente museal, além de controlar o acervo. Nos museus institucionais os objetos adquiridos para compor o acervo são tratadas como subconjunto de toda carga patrimonial do órgão, sendo este também catalogado e controlado pelo sistema do patrimônio. [...]

Outra característica do Museu do TCU é a inexistência de reserva técnica. Há um espaço para onde são levados parte dos objetos que deveriam compor a reserva técnica, mas ali as mesmas são colocadas junto a outros objetos não pertencentes ao museu e, em geral, sem qualquer preocupação com sua preservação e conservação. Sobre esse aspecto não há recursos humanos para o desempenho de um plano de preservação, conservação e restauração; igualmente não há laboratório para o desenvolvimento dessas atividades específicas. (NOGUEIRA, 2015, p. 7)

No caso do Itamaraty, até o ano de 2019, o controle patrimonial era semelhante ao do TCU, sendo coordenado pela CPAT, mas com a criação da CGPH todo patrimônio histórico e artístico do MRE passou a ser tratado e processado de uma nova maneira. O acervo da sede diplomática, assim como no Museu do TCU, não possuía uma reserva técnica e os bens eram armazenados em depósitos com os mais diversos tipos de objetos e condições inadequadas. Em alguns depósitos do Itamaraty, localizados em subsolos, foram registrados casos de acúmulo de água e não tinham uma boa circulação de ar, fatos que propiciavam a reprodução de agentes biológicos que aceleravam o processo de degradação, principalmente, nos bens que eram compostos por materiais orgânicos, como a madeira.

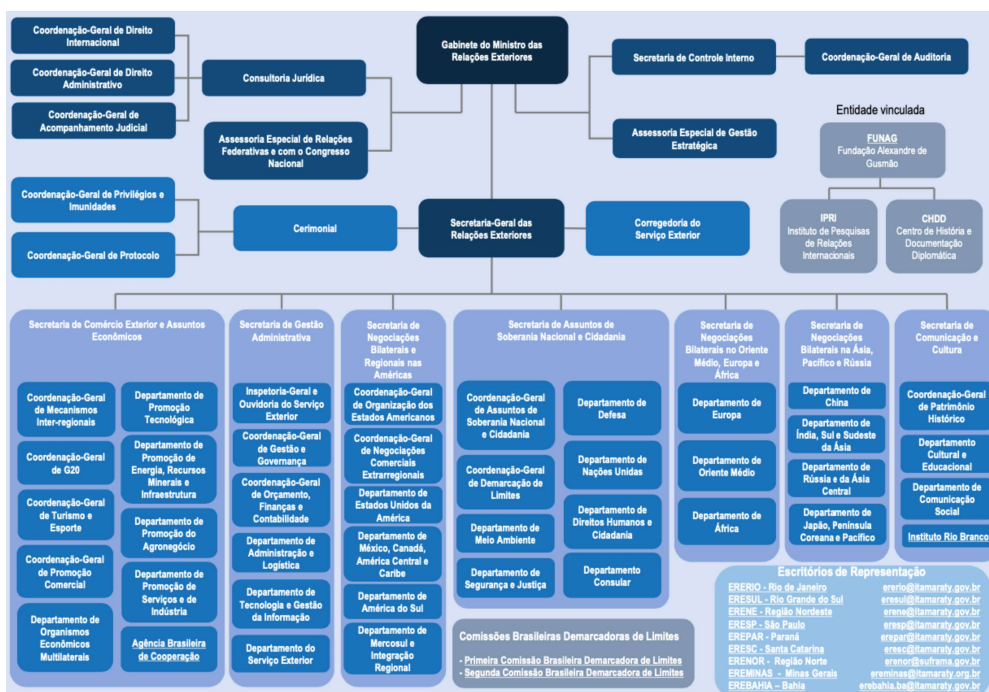
Atualmente, o Museu não está na sede do Tribunal. Em seu novo endereço, o Museu do TCU conta com sala de exposições, reservas técnicas por tipologias de materiais, sala de quarentena e espaço para o educativo, por exemplo.

No caso do Itamaraty, a CGPH conseguiu espaços para reserva técnica e para sala de quarentena, os quais podem proporcionar armazenamento e acondicionamento mais adequados a tipologia do acervo, após algumas mudanças e adaptações na estrutura física destes locais. A Coordenação realizou um trabalho de identificação do que era histórico e artístico, com base em especialistas e pesquisas da Comissão RE50, pelos depósitos do MRE, em parceria com a CPAT, para recolher os bens de sua responsabilidade para guarda, preservação, pesquisa e documentação. Outras mudanças realizadas pela equipe da CGPH, foram as alterações no percurso das visitas ao Palácio Itamaraty, onde agora os locais de circulação foram demarcados para a preservação dos tapetes, e a utilização de unifilas para garantir distanciamento de alguns bens e os visitantes.

Contudo, há desafios a serem superados, tanto pela equipe do Museu do TCU quanto pelos integrantes da CGPH do Itamaraty, que desenvolvem atividades semelhantes as de um museu. Como observado por Nogueira (2015), os museus institucionais, aqueles constituídos para a realização de ações voltadas para a museologia e cultura dentro de instituições que não desenvolvem práticas museológicas,

possuem dificuldade para executarem seus trabalhos com autonomia por uma certa incompreensão das demais unidades dos órgãos aos quais estão submetidos.

Imagem 13 – Organograma do Ministério das Relações Exteriores



Fonte: Site do Itamaraty. Disponível em: <

http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_gestaoADM/20200826-Organograma-port.pdf>. Acesso em 15 set 2020.

A imagem 13 apresenta o Organograma do MRE onde a CGPH está inserida na Secretaria de Comunicação e Cultura, a qual é subordinada à Secretaria Geral e ao Gabinete do Ministro. É importante registrar que dentro da estrutura do MRE existe o Museu Histórico e Diplomático (MHD) localizado no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, o qual é subordinado ao Escritório de Representação no Rio de Janeiro (ERERIO). O acervo do Museu conta com coleções de mobiliário antigo, tapetes, obras de arte, numismática, porcelana e prataria. De acordo com o RISE, cabe ao MHD no artigo 249:

I - expor, colecionar, preservar, restaurar, manter em segurança, classificar e catalogar eletronicamente, com quadro técnico especializado, o prédio e o acervo histórico e artístico do Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro;

II - valorizar a educação e a formação da consciência patrimonial permitindo a visita pública do museu e o acesso de sua documentação técnica aos pesquisadores interessados;

III - receber doações pertinentes às coleções existentes, bem como intercambiar empréstimos ou ceder obras para instituições similares no caso de exposições temporárias;

IV - divulgar o acervo do Palácio Itamaraty e a história do MRE, através de publicações e outras mídias; e

V - estabelecer banco de dados com o inventário e catalogação de todo o acervo artístico e etnográfico (Comissão de Limites) do MRE no Brasil e no exterior, a fim de servir como centro de referência para a pesquisa acadêmica. (BRASIL, 2008, pp. 138)

Em 2013, foi publicada pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) a tese do diplomata Guilherme Frazão Conduru com o título “O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização”. A tese faz parte do Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco (IRBr) sendo um requisito à progressão na carreira diplomática. O trabalho do diplomata

[...] apresenta sobre o Museu Histórico e Diplomático (MHD), sua história e as perspectivas para sua revitalização pretende contribuir para a reflexão interna do Ministério das Relações Exteriores (MRE) a respeito das possibilidades de aproveitamento do Museu como instrumento a serviço da política externa. (CONDURU, 2013, p. 13)

O MHD foi criado pelo Decreto nº 38.312, de 15 de dezembro de 1955

[...] para guarda e exposição pública de móveis, objetos, alfaias e documentos de valor histórico, artístico ou diplomático existentes no Palácio Itamaraty, ou venham a ser incorporados ao patrimônio daquele Ministério. (BRASIL, 1995)

Na tese, Conduru escreve a respeito da trajetória do MHD como uma unidade administrativa do MRE e registra que

Independentemente do vínculo institucional do MHD definido segundo as sucessivas estruturas regimentais do MRE, as carências mais sensíveis do Museu dizem respeito à independência orçamentária, autonomia administrativa e pessoal especializado. Com efeito, um museu sem orçamento próprio, sem autonomia para definir onde aplicar recursos e sem uma equipe técnica especializada enfrentará grandes dificuldades para estabelecer um diálogo com o público, com uma comunidade de usuários, com a cidade onde está instalado. [...]

A precariedade do MHD como unidade administrativa do MRE e como instituição museológica contrasta com a riqueza tanto do seu patrimônio monumental e

museológico, ligado à História do Brasil e da diplomacia brasileira, como do patrimônio documental sob a guarda do Arquivo Histórico, da Biblioteca e da Mapoteca. (CONDURU, 2013, pp. 182 e 187)

O trecho acima serve como mais um exemplo dos desafios específicos de museus institucionais ou unidades que desenvolvam atividades similares como no caso da CGPH em Brasília.

O Centro de Documentação e Informação (Cedi) da Câmara dos Deputados publicou em 2014 o Guia de Preservação do Patrimônio Cultural da Câmara dos Deputados compondo uma das etapas da implantação da Política de Preservação dos Suportes Físicos dos Conteúdos Informacionais, aprovada em 16 de julho de 2012 pelo Ato da Mesa nº 49. O Guia foi elaborado em parceria com demais unidades administrativas e possui recomendações as quais transformam servidores e colaboradores em agentes da preservação do patrimônio cultural da Câmara. De acordo com Adolfo Furtado, na apresentação do guia:

O servidor que seguir corretamente as instruções deste guia certamente contribuirá para a mitigação dos riscos relacionados à deterioração ou perda de informações produzidas ou custodiadas pela Câmara dos Deputados, que são preciosas não apenas para o cumprimento de nossa missão institucional, mas também para a construção da própria história do país. Espera-se, por fim, que esta publicação possa servir de referência a outras casas legislativas e demais órgãos públicos interessados em implantar políticas e instrumentos para preservação de seu patrimônio informacional e cultural. (BRASIL, 2014, p. 7)

No Guia de Preservação da Câmara, há uma parte destinada a “Conservação do Bens Culturais” onde são apresentados possíveis fatores de degradação dos bens culturais. As ações preventivas devem seguir as orientações da Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais (Cobec) levando em consideração agentes de degradação (pragas, temperatura, umidade, luminosidade, poluentes, ação humana). Dentre outros pontos abordados, estão a influência da estrutura física do edifício na conservação ou degradação dos bens e a importância da limpeza dos locais de guarda e de trabalho para evitar a proliferação de agentes biológicos e possíveis ataques.

A Câmara dos Deputados pode ser uma referência para o Itamaraty desenvolver uma política de preservação de acordo com sua realidade e necessidades. A publicação

do Guia de Preservação ocorreu no ano de 2014, mas, em 2012, a Cobec já havia promovido a campanha “Arte por Toda a Casa” com o lema “este patrimônio também é seu” para conscientizar servidores e colaboradores a respeito da preservação dos bens culturais.

A campanha desenvolveu projetos e ações como exposições, oficinas, palestras e laboratórios itinerantes para promover uma participação mais colaborativa para a conservação do acervo. A Cobec produziu materiais com uma abordagem mais didática com base na educação patrimonial. Um dos materiais apresentou pontos gerais de como certos públicos, que têm contato com o acervo, como por exemplo, carregadores, imprensa, serviços gerais, operadores de som, recepcionistas e funcionários do setor de eventos, devem ter em mente para colaborarem com a preservação dos bens culturais da Câmara.

Em 2008, foi publicado o “Roteiro de avaliação e diagnóstico de conservação preventiva” dentro do projeto “Conservação preventiva: avaliação e diagnóstico de coleções” da cooperação técnica entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). De acordo com os autores,

O objetivo desse diagnóstico é o desenvolvimento de soluções apropriadas e sustentáveis para problemas que afetam as coleções, auxiliando a instituição a:

- Identificar e definir prioridades relativas a situações problemáticas.
- Avaliar suas necessidades ambientais.
- Estabelecer regimes apropriados de manutenção e gestão.
- Implementar soluções técnicas sustentáveis e apropriadas sempre que necessário. [...]

Esta é uma ferramenta adaptável e flexível às necessidades e condições institucionais; portanto, deve ser aplicada visando a implementação de uma política de preservação. A conscientização para uma política de Conservação Preventiva contínua deve ser a base da ação de qualquer Plano Diretor. (SOUZA; ROSADO; FRONER, 2008, pp. 3-4)

A CGPH pode estabelecer parcerias, assim como o pessoal da Câmara, com as demais Secretarias, Departamentos, Divisões e Coordenações do MRE, tanto para a

elaboração da política de preservação quanto para a conscientização de servidores e colaboradores a respeito da materialidade e vulnerabilidade de bens do acervo. O roteiro de avaliação e diagnóstico pode auxiliar a equipe da CPGH a identificar os fatores que contribuem com a degradação do acervo do Itamaraty em Brasília para o desenvolvimento de uma política de conservação preventiva, de acordo com as particularidades para o exercício da diplomacia brasileira. O estabelecimento prévio de diretrizes para a salvaguarda do acervo facilitará o trabalho da Coordenação do Itamaraty, que poderá contar com o auxílio dos demais públicos que têm contato com o acervo diariamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas realizadas pela Comissão RE50 foram essenciais para a elaboração deste trabalho, e tinham por objetivo conhecer a respeito do projeto da nova sede do MRE em Brasília e da transferência do corpo diplomático. No primeiro capítulo, foi evidenciada a importância do Embaixador Wladimir Murtinho para aquisição e formação do acervo, na década de 1960, pois estava à frente da tomada de decisões a respeito da concepção da sede diplomática na nova capital. Um dos principais pontos mostrados pelas pesquisas foi a curadoria do Embaixador para a formação do acervo do Itamaraty, o qual teve como algumas de suas preocupações, a importância de produções brasileiras, utilização de matéria prima brasileira de alta qualidade, seleção de um pequeno número de designers para mobiliar os ambientes palacianos do MRE com harmonia e garantir uma certa unidade.

O capítulo 2 contextualizou brevemente a respeito do MRE e sua relação com o acervo com o passar das décadas após sua inauguração em 1970. Nesta parte do trabalho, foram apresentados alguns eventos comemorativos realizados pela Comissão RE50, principalmente, a exposição “Desenhando para um palácio: o Itamaraty e o design” após ter elaborado uma certa trajetória da história do Itamaraty em Brasília. Ao cumprir com suas atribuições comemorativas, a Comissão propiciou mudanças dentro do Itamaraty. Uma das mudanças foi na mentalidade de algumas pessoas que trabalham no MRE, a respeito da história e relevância do acervo presente nos ambientes de trabalho.

Os objetos utilizados para compor os módulos da exposição sobre o Itamaraty e o design, em 2018, vieram das salas dos mais diversos departamentos do MRE. Ao final da exposição, móveis, obras de arte, tapeçarias e luminárias retornaram aos locais de origem. Um destes locais era local de trabalho de um diplomata para onde voltaram duas poltronas Kiko de Sérgio Rodrigues e uma tapeçaria de Madeleine Colaço. O diplomata solicitou, à equipe que estava devolvendo os objetos, as placas de identificação utilizadas na exposição para colocar em sua sala. Tal acontecimento serve como um exemplo de como a movimentação interna, gerada pela Comissão RE50, resultou numa

conscientização das pessoas a respeito do valor do acervo presente no cotidiano de trabalho da diplomacia brasileira.

A tomada de consciência a respeito da importância do acervo resultou na criação da CGPH a qual tem dentre suas atribuições pesquisar e preservar as coleções do MRE. O caso do mobiliário palaciano das salas do 3º andar do Palácio Itamaraty apresentado no 2º capítulo deste trabalho pode servir como exemplo da necessidade em ter uma equipe dedicada exclusivamente ao acervo histórico do Itamaraty. As imagens (8, 9, 10, 11 e 12) apresentadas registram que, com o passar de cinco décadas, a ambientação atual está diferente do que foi pensado por Bernardo Figueiredo, Jorge Hue e o Embaixador Wladimir Murtinho. Por não contar durante todos esses anos com uma equipe semelhante a da CGPH, não há informações suficientes para localizar, por exemplo, o Sofá Rei e documentação que justifique as alterações nos interiores.

As razões para as modificações realizadas nos espaços do MRE, ao longo das últimas décadas, ficaram a mercê do gosto de quem ocupou ou é o responsável pelo local. Somando isso à alta rotatividade de pessoas, característica inerente do Ministério, não se sabe ao certo o motivo pelo qual foram feitas as alterações. Supomos a hipótese de que a razão para as mudanças observadas nos interiores do Palácio seja relacionada a questões e necessidades das atividades desenvolvidas pelo Cerimonial, visando sempre a segurança das delegações, pode ser plausível, visto que o acervo adquirido sob a curadoria do Embaixador Wladimir Murtinho foi escolhido para atender as demandas da diplomacia na década de 1970.

Contudo, é possível que a coleção de mobiliário continue atendendo as funções diplomáticas de representação e negociação com adaptações nos interiores do MRE de acordo com o contexto atual. Caso existissem diretrizes pré-definidas para movimentação, conservação e descarte do acervo e/ou uma equipe responsável, o Sofá Rei, não atendendo mais as necessidades da diplomacia em cerimônias e recepções oficiais, por exemplo, poderia ter sido transferido para um outro local do MRE e haveria

uma documentação a respeito evitando a perda de informações a respeito do móvel e de sua integridade física.

No caso do mobiliário modernista de escritório, não foi desenhado e planejado para a utilização de computadores, mas para máquinas de datilografia. Sob supervisão da CGPH, por exemplo, será possível um uso adequado dos móveis pensando em adaptações para necessidades atuais, sem aumentar a degradação dos mesmos. Caso não sejam mudanças e alterações viáveis, as escrivaninhas podem ser transferidas para outros locais do MRE ou descartadas em último caso.

O diagnóstico da realidade e do contexto do acervo do MRE auxiliará a CGPH no cumprimento de suas atribuições. Por exemplo, a política de conservação a ser elaborada pela nova coordenação deve ter como pontos norteadores os parâmetros ideais para a conservação preventiva, a fim de evitar intervenções drásticas no acervo e retardar a degradação dos objetos. Contudo, tais ideais são utópicos diante da realidade da CGPH, que se assemelha aos museus institucionais e conta com os desafios inerentes à sua existência institucional, além do acervo estar a serviço da diplomacia brasileira ao contrário de bens culturais musealizados e sob a guarda de museus. Dentro desta realidade de museus institucionais, foi brevemente apresentada a experiência do MHD, no Rio de Janeiro, e algumas de suas dificuldades por ser um museu formal dentro da estrutura do MRE, o qual pode contribuir com a CGPH para o desenvolvimento de uma política de preservação.

A reflexão a respeito do acervo do MRE e os desafios inerentes a conservação, somados ao seu uso pela diplomacia brasileira, pode servir como um exemplo de como a Museologia pode contribuir com o trabalho de órgãos que possuem coleções não musealizadas. Os acervos dos Palácios do Planalto e da Alvorada, que também são utilizados diariamente a serviço do Brasil, podem ser objeto de estudo da Museologia não só para desenvolvimento de políticas de preservação, mas também pesquisar e problematizar qual ou quais concepções de nação brasileira norteiam aquisição e descarte de bens culturais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSERVADORES E RESTAURADORES DE BENS CULTURAIS. “Terminologia para Definir a Conservação do Patrimônio Cultural Tangível”.

In: **Boletim Eletrônico da ABRACOR**, pp. 2-3, jul. 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009**, que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em 27 agosto 2019.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 212, de 30 de abril de 2008**, que aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (RISE), que dispõe sobre a Organização Geral da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/images/RISE.pdf>>. Acesso em 15 setembro 2020.

_____. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Guia de Preservação do patrimônio cultural da Câmara dos Deputados**. Brasília: Edições Câmara, 2014.

_____. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Ofício nº 004043 de 17 de outubro de 1968**, que a Subcomissão da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados solicita a Ministério das Relações Exteriores informações a respeito da obra e dos gastos realizados para o Palácio Itamaraty. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Resposta preparada pelo Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho, Presidente da Comissão de Transferência da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e Corpo Diplomático para Brasília, ao Ofício nº 004043 de 17 de outubro de 1968 enviado pela Câmara dos Deputados**. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 284, de 5 de maio de 2016**, que Cria a Comissão RE50 e define sua competência. Diário Oficial

da União, edição 86, seção 1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22795288/do1-2016-05-06-portaria-n-284-de-5-de-maio-de-2016-22795211>. Acesso em 21 de setembro de 2020.

_____. **Decreto nº 38.312, de 15 de dezembro de 1955**, que cria o Museu Histórico e Diplomático do Ministério das Relações Exteriores. Diário Oficial da União. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38312-15-dezembro-1955-335228-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 22 de setembro 2020.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em 23 de setembro de 2020.

_____. Ministério da Educação e Saúde. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 3. Rio de Janeiro 1939

CONDURU, Guilherme Frazão. O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização. **Coleção CAE**. Brasília: FUNAG, 2013. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/1039-Museu_Historico_e_Diplomatico_do_Itamaraty_O.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

DRUMOND, Maria Cecília de Paula. Prevenção e Conservação em Museus. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Caderno de Diretrizes Museológicas**. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2006. p. 109-135.

FRONER, Yacy-Ara. **Memória e preservação: a construção epistemológica da ciência da conservação**. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2007. Memória & Informação: palestra proferida em 30 de maio de 2007. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/memo_info/mi_2007/FCRB_M_I_Memoria_e_Preservacao_A_construcao_epistemologica_da_Ciencia_da_Conservacao.pdf>. Acesso em 23 de setembro de 2020.

GOMES, A na Lucia de Abreu; NOGUEIRA, Daniele Galvão Pestana. **Informação e Memória no Tribunal de Contas da União (1970 – 2004)**. Informação & Informação (Online), v. 21, p. 306-326, 2016. Disponível em: <www.brapci.inf.br/index.php/article/download/51130>. Acesso em 28 junho 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Cartilha: Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro**. Rio de Janeiro: Coordenação de Patrimônio Museológico, 2013. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/cartilha_PGRPMB_web.pdf>. Acesso em 23 de novembro de 2020.

MURTINHO, Wladimir do Amaral. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 43p.

MURTINHO, W. A. **Construindo o Itamaraty: entrevista com Wladimir Murtinho**. Brasília: Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros, nº 37, pp. 18-21, 1998. Entrevista concedida ao Ministro José Antônio de Macedo Soares.

NOGUEIRA, Daniele Galvão Pestana. **A Preservação da Memória do Tribunal de Contas da União por meio de seu Museu (1970-2010)**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015. 515p.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti; RAMOS, Graça; SELIGMAN, Graça. Palácio Itamaraty: a arquitetura da diplomacia. **Coleção Memória**. Brasília: Instituto Terceiro Setor, 2017.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz; ROSADO, Alessandra; FRONER, Yacy-Ara (org.). **Roteiro para avaliação e diagnóstico de conservação** preventiva. Belo Horizonte: Lacicor, EBA, UFMG, 2007. Disponível em: <<https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2014/04/Roteiro-de-Avaliação-e-Diagnóstico.doc.pdf>>. Acesso em 23 de setembro de 2020.

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling. Conservação preventiva de acervos. **Coleção Estudos Museológicos**. Florianópolis: FCC, 2012. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj m7czl4__rAhWOJrkGHVfDBEMQFjAAegQIBRAB&url=https%3A%2F%2Fwww.cultura.sc.gov.br%2Fdownloads%2Fpatrimonio-cultural%2Fsistema-estadual-de-museus-sem-sc%2F2351-col-estudos-mus-v1-conservacao-preventiva-de-acervos&usg=AOvVaw3eF_yYYCkV6W_IF8Z8RZEP>. Acesso em 23 de setembro de 2020.

ANEXO A – Autorização para reprodução das imagens do livro “Palácio Itamaraty: a arquitetura da diplomacia”

E-mails em 21 de setembro de 2020.

Autorização para reprodução de imagens  Caixa de entrada x   

Bruna Toscano <bruna.toscano@gmail.com> seg., 21 de set. 12:41   
para rossettifau, gseligman, eduardocabral.naco ▾

Prezados,

Me chamo Bruna Toscano e estou finalizando o curso de Museologia na UnB.

Atualmente, estou escrevendo o meu TCC sobre diplomacia e conservação preventiva e o livro "Palácio Itamaraty: a arquitetura da diplomacia" é uma das referências para a elaboração do meu trabalho.

Em um dos capítulos do meu TCC, gostaria de reproduzir as imagens da Sala Portinari, da Sala Duas Épocas e da Sala de Reuniões da Secretaria Geral (se eu não me engano, a Sala Rui Barbosa), impressas nas páginas 50 e 65 do livro. Posso escaneá-las e reproduzi-las no trabalho citando a autoria de Graça Seligman e a fonte?

Estou a disposição para mais informações a respeito do trabalho.

Aguardo uma resposta.

Atenciosamente,
Bruna Toscano.

Eduardo Cabral seg., 21 de set. 13:01   
para mim ▾

Tranquilo. Amanhã vou providenciar uma autorização formal.

Att
Edu

E-mails em 19 de outubro de 2020.

Bruna Toscano <bruna.toscano@gmail.com> 10:43 (há 2 horas)   
para Eduardo ▾

Olá, Eduardo! Tudo bem?

O senhor enviará uma autorização formal? Preciso saber para finalizar o meu trabalho.

Aguardo uma resposta.

Att,
Bruna Toscano.

...

Eduardo Cabral 11:17 (há 1 hora)   
para mim ▾

Sim... Está autorizado... Só preciso formalizar